

CRITÉRIOS ÉTICOS PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

ETHICAL CRITERIA FOR INTERRELIGIOUS DIALOGUE

André Magalhães Coelho

Doutor em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Recebimento 15/06/2023 Aceite 26/06/2023

Resumo: O discurso religioso sobre a ética das religiões aponta, muitas vezes, na dinâmica concreta e histórica de agressões, fanatismos, ódios e hostilidades inter-religiosas. Em muitos casos as posturas de intransigência e exclusão apoiam-se em sentimentos arraigados de superioridade, arrogância identitária e pretensão exclusiva da verdade, que impossibilitam quaisquer exercícios de fraternidade recíproca. Há um traço de ambiguidade ou enigma que atravessa todas as religiões, implicando a presença de um dualismo que pode possibilitar tanto a afirmação de humanidade, como o acirramento da violência. Tal exclusivismo pode ser absoluto, quando as outras tradições são vistas como o poder do mal, ou desesperadamente vinculadas ao erro, ou ser menos categórico, reconhecendo elementos de verdade e valor fora da própria religião. Este artigo propõe-se a oferecer reflexões a respeito do diálogo e da tolerância religiosa em nossos dias, para isso utilizaremos bibliografias de renomados estudiosos que pensaram sobre o tema.

Palavras-Chave: Religião; Exclusivismo; Pluralismo; Tolerância; Diálogo; Ecumenismo.

Abstract: The religious discourse on the ethics of religions often points to the concrete and historical dynamics of aggression, fanaticism, hatred and inter-religious hostility. In many cases, postures of intransigence and exclusion are based on deep-seated feelings of superiority, identity arrogance and exclusive claim to truth, which make any exercise of reciprocal fraternity impossible. There is a trait of ambiguity or enigma that runs through all religions, implying the presence of a dualism that can enable both the affirmation of humanity and the intensification of violence. Such exclusivism can be absolute, when other traditions are seen as the power of evil, or hopelessly linked to error, or it can be less categorical, recognizing elements of truth

and value outside of religion itself. This article proposes to offer reflections about dialogue and religious tolerance in our days, for which we will use bibliographies of renowned scholars who have thought about the subject.

Keywords: Religion; Exclusivism; Pluralism; Tolerance; Dialogue; Ecumenism.

Introdução

A crítica ou não aceitação de aspectos ou do todo de uma manifestação religiosa é comum a todas as religiões. Paralelo a isso, o hibridismo permanente é um elemento que, tornando um fenômeno religioso diferente do que era em suas próprias origens, desautorizaria uma crítica ao diferente. Praticamente, em todas as religiões há figuras sagradas que, a exemplo de textos escritos ou tradições orais, também são normativas: o Cristo, o profeta, o Buda. Quantas vezes as próprias religiões tiveram que ser lembradas por seus críticos, seus reformadores, seus profetas e sábios, de que estavam praticando o que não era certo; que elas se tornaram infiéis à sua própria essência.

Esta essência original é própria de cada religião, sua origem normativa ou seu cânone normativo. Há critérios utilizados por cada religião para procura da verdade. Isso garante ao mesmo tempo sua identidade própria. Nenhuma religião poderá renunciar por completo de empregar seus próprios e, bem específicos, critérios de verdade às outras religiões. Estes critérios podem ser cristãos, mulçumanos, hinduístas, budistas ou do confucionismo. Diálogo não significa autonegação e a crítica a outros continua sendo necessária, quem, porém permanecer sóbrio e honesto entenderá que tais critérios são relevantes para a própria religião e não saídas comprometedoras para outras religiões.

Para Küng se num diálogo, uma religião insistir somente nos seus próprios critérios de verdade, o diálogo já estará fadado ao fracasso. Por isso o diálogo deve ser aberto ao encontro do outro. Küng cita o exemplo da Bíblia como testemunho original sobre Cristo: o Novo Testamento tem uma função crítico libertadora,

fundamental, na discussão entre as Igrejas cristãs; da mesma forma, a Bíblia Hebraica nas discussões entre os cristãos e judeus. Mas, já no diálogo com os muçulmanos ou com hinduístas e budistas, usar a Bíblia como critério de verdade seria muito problemático assim como definir em cada religião o seu livro sagrado e colocá-lo como verdade seria uma afronta a outras religiões. Os muçulmanos por exemplo até reconhecem a Bíblia como um livro sagrado, mas que teria sido falsificado por judeus e cristãos.

Ou será que os cristãos se deixariam convencer-se de que os critérios de verdade são ditados a partir do Alcorão, dos Bhagavadgita ou a partir dos ensinamentos de Buda? Esta é uma pergunta difícil. O que ainda resta se no diálogo inter-religioso de judeus e os cristãos não pode mais se basear simplesmente na Bíblia ou em outros livros sagrados como o Alcorão, os hinduístas nos Gita, e os budistas no seu cânone como autoridade indiscutível para buscar um consenso de direito de verdade entre os parceiros em diálogo? (KÜNG, 1992, pp. 120, 121).

Se comparamos a nossa religião com as outras, ou quando refletirmos sobre o mau uso dela podemos colocar a pergunta, em termos gerais, sobre que é o verdadeiro e bom. Estes critérios devem ser aplicados a todas as religiões bem como em questões de direito dos povos e da paz entre as nações. Como já vimos, além de critérios específicos, que cada religião desenvolve para si, precisamos, hoje, discutir critérios éticos gerais. Devemos considerar o seguinte: as religiões sempre se mostram mais convincentes, face ao horizonte do absoluto, quando conseguem evidenciar o que é verdadeiramente humano, e isso já antes das tendências de busca por autonomia da época moderna. Basta lembrar somente o decálogo os dez mandamentos, o sermão do monte, o Alcorão, muitos discursos de Buda. Hoje toda mensagem religiosa, também a cristã, deve ser repensada ante o horizonte de um mundo modificado (KÜNG, 1992, p. 140).

De acordo com Küng, quanto mais humana for uma religião, mais verdadeira ela é. E quanto menos humana, menos aponta caminhos de realização ao ser humano, mais falsa e negativa ela é. Humanidade e autenticidade estão condicionadas às práticas e orientações fundamentais e ao direcionamento que lhe é dado por suas lideranças. Nesse sentido, igrejas ou religiões visivelmente preocupadas com a questão financeira, por exemplo, devem ter sua autenticidade questionada. Naturalmente, não podemos esquecer que toda religião deve ter uma

finalidade social clara relacionada à promoção humana. Hans Küng nos ensina que só o verdadeiramente humano pode ser fundamentado no divino.

Ele estabelece uma relação dialética entre religião e humanidade e a descreve da seguinte maneira: A verdadeira humanidade é o pressuposto para a verdadeira religião. Isto significa que o humano, o respeito a dignidade humana e aos valores fundamentais são exigências mínimas a cada religião. Onde se procura realizar a verdadeira religiosidade deve haver humanidade. A verdadeira religião é a realização de humanidade, isso significa que a religião tem como expressão um sentido mais abrangente de valores mais elevados de compromissos incondicionais, sendo o pressuposto para a realização do humano. Este texto propõe-se a oferecer reflexões a respeito do diálogo inter-religioso em nossos dias, para isso utilizaremos bibliografias de renomados estudiosos que pensaram sobre a religião.

1. Exclusivismo religioso

Os fundamentalistas acham que a única maneira de se defender contra a “invasão” é não olhar o que está do outro lado, se fechando e não permitindo que o outro fale. Küng comenta que em tal situação, somente o diálogo e o “ecumenismo inter-religioso”, respectivamente, poderão assegurar a paz. É altamente procedente o alerta, dizendo que não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões. Somente uma “cultura de diálogo” poderá evitar exclusivismos extremos. Na aldeia global, existe uma interdependência recíproca, requerendo da humanidade a consciência de constituir uma só família, com membros de diferentes graus de parentesco, mas irmanados. Ao mundo globalizado falta o espírito ecumênico, se a fé é uma caminhada rumo à compreensão e ao reconhecimento da verdade dentro da vida pessoal e social, ela é movimento, desdobramento, aventura. Se a fé é aceita cegamente e um sistema sem se perguntar o que este significa, essa fé é inabalável.

As expressões individualista e exclusivista levam a interiorização e ficam descuidadas a abertura ao mundo e sobretudo aos outros seres humanos e com isso acentua-se a vivência do silêncio do encontro com o próprio interior tornando a

si própria monopólio da salvação. “O cristianismo é baseado, portanto, em uma ausência (o túmulo vazio) que oferece condições para o relacionamento com o outro. Nesse sentido, o diálogo com outras religiões é uma vocação cristã” (RIBEIRO, 2010, p.92). Com isso é necessário desenvolver uma inter-relação dinâmica entre ambas, cada uma aberta sempre à complementação crítica da outra.

2. A importância de ouvir o outro

As comunidades têm relações e formas distintas de obrigações, laços de clã ou de família e com isso a uma mesma semelhança entre elas. Todas participam da busca de um bem comum, por isso a melhor maneira de viver em comunidade é um olhar no diferente não importando a suas crenças, raças e etnias, mas a solidariedade em busca de uma melhor participação em um laço comum de amor e de afeto ao semelhante. Por isso o “ágape” é um bem superior e está além de toda forma de fundamentalismo e arrogância. São muitas as questões onde a intolerância e o preconceito resultam em práticas egoístas e egocêntricas (COMBLIM, 1985, p. 26).

“O diálogo verdadeiro não se dá através do abandono da tradição religiosa, mas de seu aprofundamento mediante a oração, o pensamento e a ação” (TEIXEIRA, 2012 p.173). A relação com o indiferente não se dá em negar as suas origens e culturas, não é preciso se colocar na fé do outro, imitar o diferente já que o diálogo inter-religioso se dá no respeito, na tolerância e na comunhão verdadeira de aproximação do outro, é um Deus animado por uma unidade de relações, trata-se de uma unidade que integra a inquietude, o rumor e a riqueza do plural. O diálogo se dá no pluralismo e na mútua ligação com o diferente, na comunhão das relações de afeto e de compromisso O Deus “ágape” se relaciona com todos e o Cristianismo é uma tradição religiosa singular, mas não absoluta (TEIXEIRA, 2012 p.174).

Teixeira comenta que o diálogo inter-religioso acontece com o respeito em profundidade com o enigma da pluralidade religiosa as diferenças devem ser deixadas de lado e cada tradição deve entrar no solo sagrado do outro com tolerância e humildade. O diálogo é inquietante e deve acontecer de uma maneira

atenciosa com o diferente. A confiança é entregue a um mistério sempre maior. É Deus que faz o diálogo por entender que se trata de um amor ágape que não leva em conta as diferenças, mas sim a *Koinonia*, isto é, a comunhão (TEIXEIRA, 2012 p. 175).

3. A caminho do diálogo

Para Küng a firmeza de posições em questões de fé não significa justamente um bloqueio para o diálogo sério entre as religiões:

“Ou perguntado de forma mais concreta: Se cremos no Cristo como o caminho, a verdade e a vida, podemos então aceitar que existem outros caminhos, outras verdades e outras vidas a partir da transcendência?” “Torá? Alcorão? Oito Caminhos de Buda? Isso lembra uma frase de Durkheim “Não existe religião alguma que seja falsa. Todas elas respondem, de formas diferentes, a condições dadas da existência humana”. Por isso no diálogo inter-religioso deve haver uma abertura como o outro porque a fé não está ligada a uma verdade, mas sim ao compromisso do amor e do afeto, e por entender que não existe verdade, mas sim verdades. “Isso constitui a pergunta principal em qualquer empreendimento inter-religioso: há um caminho teologicamente responsável que permite aos cristãos aceitar a verdade das outras religiões sem renunciar à verdade da própria religião e com isso a sua própria identidade” (KÜNG, 1992, p. 134).

O diálogo interconfessional e inter-religioso levanta palavras de ordem como indiferentismo, relativismo e sincretismo. “Também rejeito quaisquer formas de indiferentismo, de relativismo e de sincretismo que obscurecem qualquer posição mais transparente, porém, pura negação ainda não é uma posição crítica. Nesse ponto há que diferenciar melhor” (KÜNG, 1992, p. 134).

Para Lévinas o diálogo representa a manifestação do encontro com o outro considerando-se a alteridade e reciprocidade e não seus aspectos de suas realidades e sim o compromisso de aproximação de crescimento com o diferente. Nesse diálogo inter-religioso celebra-se com o diferente em uma alteridade de aproximação e de respeito mútuos. Nos relacionamos com o outro porque somos o outro não interessa de onde veio a humanização é consumada na figura humana e não nas indiferenças o respeito deve ser sincero e verdadeiro, não importa a fé de que procedemos e sim a comunhão em uma troca de conhecimento e de tolerância. “ninguém pode permanecer em si: a humanidade do ser humano, a subjetividade, é uma responsabilidade pelos outros, uma vulnerabilidade extrema” (LÉVINAS, 1993, p. 124). O diálogo inter-religioso, portanto, funda-se no reconhecimento do outro e de

suas convicções. Trata-se naturalmente de uma atitude ética de respeito e acolhimento dentro dos horizontes da alteridade.

4. A concretização tardia dos direitos humanos no cristianismo

Para Küng, na modernidade o Cristianismo precisou passar por processo doloroso de mudança frente a outras tradições religiosas. Para as outras religiões esse processo também foi muito importante. Dentro da área de influência do Cristianismo no decorrer do processo emancipatório iluminista da modernidade, cristalizou-se, de forma crítica a religião, um humanismo que ocorre a razão, natureza e consciência. Esse humanismo muitas vezes também toma uma forma secular e ante eclesiástica. O cristianismo durante muito tempo fendeu a sua fé de um ideal humanístico autônomo de consciência e de religião.

O cristianismo também ganhou com esse processo de busca de autonomia; mas, também porque liberdade, igualdade, fraternidade e dignidade humana, a suma do humano, verificável até no direito codificado, como por exemplo no art.1º da constituição da República Federal da Alemanha originalmente eram valores cristãos que foram redescobertos e concretizados na época moderna com uma consequência regida.

Os autores da declaração americana dos direitos humanos não eram ateístas, mas pessoas esclarecidas que criam em Deus. Também os direitos humanos da revolução francesa de 1789, conforme a concepção de alguns revolucionários, originalmente deveriam ser proclamados em nome de Deus. Isto, porém, acabou não acontecendo e justamente Roma e a Igrejas condenaram os direitos humanos como não cristãos. Isso foi à posição oficial até a mudança de curso proclamada por João XXIII e o Concílio Vaticano II, na segunda metade de nosso século. depois que o humano se emancipou eclesiástica e religiosamente no espírito da autonomia moderna, ele pode novamente ser reencontrado frente a todas as outras religiões no âmbito do Cristianismo. Mas a plena realização dos direitos humanos dentro do próprio sistema romano em relação às mulheres, aos teólogos e aos dissidentes ainda permanece em deficit. O Vaticano, a última monarquia absolutista da Europa ainda não subscreveu a declaração dos direitos humanos do Parlamento Europeu. E mais ainda, ele ainda tem uma *glasnost* e uma *perestroika* diante de si (KÜNG, 1992, p. 122).

5. A argumentação religiosa de valores humanos

A sociedade secular deve estar interessada que o humano permaneça dentro da religião, e nas situações atuais, ou de forma concreta dentro do cristianismo. Em um mundo cada vez mais sem orientações, sem compromissos com a ética e a moralidade em uma sociedade cada vez distante dos valores humanos as religiões desempenham um papel importante dando rumos e orientações espirituais: a igreja ou a religião consegue fazer isso melhor do que toda psicologia, pedagogia, jurisprudência e política.

Na luta pelo humano, a religião consegue fundamentar sem subterfúgios aquilo que a política não consegue realizar. A religião consegue evidenciar porque a moral e a ética são mais do que uma questão de gosto pessoal ou de oportunidade política, do julgamento individual, da convenção social ou da comunicação, em outras palavras: a religião consegue fundamentar claramente porque a moral, os valores éticos e as normas devem valer incondicionalmente e não somente ali onde me parece ser conveniente e de uma forma geral para todas as camadas, classes e raças. Salva-me o humano justamente na medida em que é fundamentado pelo divino, ficou evidenciado que somente o próprio incondicional pode comprometer de forma incondicional, somente o absoluto pode amarrar de forma absoluta (KÜNG, 1992, p. 123).

6. A evolução em direção à humanidade

Também os estudiosos, entre aqueles que desprezam a religião não deixaram de perceber que, na questão da pergunta pelo humano, iniciou-se desde a época moderna um processo de reflexão em todas as religiões. Com isso pensamos na abolição de um cristianismo na época da Inquisição com práticas de exorcismos, levando hereges a fogueira discriminando mulheres e excomungando porque não acreditava da doutrina santa da igreja. A isso advém a humanização do direito eclesiástico católico que em muitos pontos obviamente ainda continua sendo desumano, pensamos na abolição dos sacrifícios de pessoas humanas e tendo como a única igreja verdadeira onde fora da igreja não haveria salvação. “Numa

nova interpretação mais humana das doutrinas sobre a guerra santa no islamismo ou em reformas do direito estatal em países muçulmanos mais avançados”. Também pensamos na crítica “intra-muçulmana” ao “*sharia*”, um direito sagrado medieval que em muitos aspectos, acha-se em flagrante contradição a Declaração Universal dos Direitos Humanos elaborado pelas Nações Unidas em 1984. Isso vale, em especial, para igualdade de direitos para as mulheres, direito matrimonial, ao divórcio, a herança e ao trabalho e para as pessoas não-muçulmanas como por exemplo: proibição de praticar algumas profissões.

No futuro de todas as grandes religiões deverá haver uma maior conscientização nos seguintes pontos centrais da vida humana: observação dos direitos humanos; emancipação da mulher; concretização de justiça social e imoralidade da guerra. Tudo isso não são somente utopias, em sua longa história, a humanidade aboliu costumes como o incesto, o canibalismo e a escravidão. Por que numa constelação mundial totalmente nova, ela não poderia também acabar com as guerras? As guerras não são congênicas às pessoas tais como a agressividade e a sexualidade que fazem parte da natureza humana. As guerras são aprendidas e podem ser substituídas por regulamentações pacíficas[...] (KÜNG, 1993, pp. 124,125).

7. A verdade é uma pessoa e não uma doutrina e nem um livro

O teólogo Paul Tillich trabalha a noção de verdade como sendo dinâmica, segundo a qual a própria verdade se encontra na luta e no destino histórico e não em um estático para além do destino. Portanto a verdade é a essência um conceito subjetivo e objetivo, não se possui, mas é procurada.

Tillich comenta que se a verdade fosse uma doutrina, teriam razão os zombadores que dizem: o que é verdade? Pois toda doutrina pode ser contraditada, e o será. Todas têm seu tempo, e então passarão. Outras virão em lugar delas. Quem busca a verdade em uma doutrina, ainda não se elevou realmente por sobre aquilo que é transitório, ainda não sabe do que é eterno. A verdade não é doutrina, mas vida. A verdade não é uma coisa, mas uma pessoa. O Deus vivo e eterno, que zomba de toda doutrina, ele é a verdade. E quem o tem, tem a verdade, tem uma fonte inesgotável de vida, sempre nova, sempre mais rica. E este movimento eternamente renovado, nunca parado, de pessoa a pessoa, isto é a verdade. E é por isso também que não existem várias verdades, duas ou três ou sete, que se poderia receitar; mas uma única verdade, que se deve viver. E mesmo que pudesse recitar a Bíblia toda, se não tivesse nada desta vida que é a verdade; e uma outra pessoa soubesse apenas uma

palavra bíblica e a tivesse vivido, ela teria a verdade e tu a mentira? A verdade não se deixa ensinar, não se deixa imprimir, não se deixa ler porque Deus não se deixa ensinar. A vida é a verdade a pessoa, o espírito é a verdade e não uma letra. Deus é a verdade; o que é a verdade? esta é a pergunta, ansiosa, de quem a busca. O centro do sistema de Tillich, por sua vez, revela uma forte concentração cristológica, nem sempre reconhecida na pesquisa. A verdade da qual ele fala tem um duplo acento. Primeiro, como vimos acima, trata-se de uma verdade identificada com uma pessoa, com a vida. A vida é a verdade. Deus é a verdade, o Deus vivo e pessoal. Segundo, e em consequência direta do primeiro, a verdade é sempre uma verdade histórica: o aparecimento, no mundo e na história, do novo ser em Jesus como o Cristo (ENIO R. ROBERT W, 2005, P,43).

Portanto, as maneiras de espiritualidade que integram e preservam a vida e os valores da fé cristã como a justiça a paz, a alteridade a importância do ser humano e a integridade da criação não decorrem mecanicamente da leitura da Bíblia pois, podemos ler a Bíblia a partir de ideologias, sem conexão profunda com o espírito divino, mas, elas encontram na Bíblia a fonte para o estabelecimento de suas bases essenciais. Daí, podemos nos referir à espiritualidade bíblica como o conjunto de experiências, explicitamente, religiosas, não pessoais ou coletivas, que expressam o núcleo central da fé, marcada especialmente pelo despojamento “abraâmico”, pela solidariedade profética e pelo senso de doação radical visto em Jesus e em seus seguidores.

Ter a Bíblia como fonte básica de reflexão teológica é um pressuposto metodológico de importância singular na teologia moderna. Somam-se a ela a história da igreja e a história da cultura e das ciências, inclusas a diversidade das experiências humanas nos diferentes aspectos socioculturais, científicos e religiosos. Se todas essas dimensões oferecem alimento para as experiências de espiritualidade, um quadro cada vez mais humanizador será vislumbrado no campo religioso e humano em geral (RIBEIRO, 2010, pp.133.134).

Considerações finais

O diálogo inter-religioso, a princípio diz respeito à riqueza do mistério divino, que não pode ser capturado somente por uma tradição religiosa. A diversidade cultural, por sua vez, reflete a beleza do ser humano como um ser de criatividade, de modo que as diferentes religiões testemunham esta dimensão criativa na maneira de captar o mistério divino que transcende o humano. Por isso, é possível concordar que o sagrado se revela por caminhos que o homem não sabe explicar e por sua

vez o pluralismo religioso resultou em quebra de paradigmas monopolizados e valorizou a pluralidade de cosmos visões.

Os atritos reais entre as diversas religiões estão ligados à falta de diálogo, que podem ser internos, referentes às denominações que professam a mesma fé, os chamados problemas ecumênicos, ou externos, entre as religiões de modo geral. Se os problemas internos se dão muitas vezes por causa da falta de orientação acerca da identidade, da exclusividade e dos dogmas, os externos são próprios da falta de abertura, não só daquilo que diferencia, mas daquilo que possivelmente poderia unificá-las.

Estes acontecimentos modificaram a forma de viver, tornando o ser humano livre para expressar a maneira de interpretar a vida, seja do ponto de vista religioso ou filosófico. Em meio a tantas identidades religiosas no mundo hodierno, o diálogo inter-religioso é uma ferramenta preponderante de aproximação de outras tradições religiosas, facilitando a comunicação e quebrando preconceitos, fazendo emergir respeito mútuo e tolerância religiosa.

Referências

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. **A teologia da libertação morreu?** Reino de Deus e espiritualidade hoje. São Paulo: Fonte editorial, 2014.

COMBLIN, José. **Antropologia cristã: a libertação na história** Petrópolis, Vozes, 1992.

LÉVINAS, E. **Humanismo do outro homem.** Petrópolis, Vozes, 1993.

MUELLER Enior R. BEIMS W. Beims (Orgs.) **Fronteiras e Interfaces: O pensamento de Paul Tillich em perspectiva interdisciplinar** São Leopoldo/ RS. Editora Sinodal, 2005.

TEIXEIRA, Faustino. **Teologia e pluralismo religioso.** São Bernardo do Campo. São Paulo. Editora Nhanduti, 2012.

KÜNG, Hans. **Projeto de Ética Mundial: Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana.** São Paulo. Editora Paulinas, 2003.

SOTER (org.). **Religiões e Paz Mundial.** São Paulo, Paulinas, 2010.